

José Jacir Victovski

TUTELA

COLETIVA

DOS COMMONS

**A inclusão das coletividades
gestoras de recursos naturais
na construção das decisões judiciais**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Introdução	1
2 Gestão colaborativa dos recursos naturais de uso comum no âmbito das tutelas coletivas.....	7
2.1 Século XX: um século de extremos	12
2.2 Conceito de recursos naturais comuns.....	15
2.3 O dilema dos recursos naturais comuns	19
2.3.1 O dilema dos recursos naturais de uso comum e a teoria de Elinor Ostrom.....	26
2.3.2 Princípios de design essenciais para uma governança bem-sucedida dos recursos naturais de uso comum	30
2.4 Governança dos recursos naturais de uso comum: da ocupação de um território, da organização colaborativa, das práticas comunitárias e do sentimento de pertencimento, à construção de territorialidades	33
2.5 Gestão coletiva de recursos naturais comuns e a garantia de desenvolvimento sustentável.....	38
2.6 Cercamentos: impactos históricos nos commons e no mundo contemporâneo	48
2.7 Experiências brasileiras de governança de recursos naturais de uso comum.....	54
2.8 A presença do pluralismo jurídico na gestão dos comuns.....	63

3 Tutela coletiva ambiental	67
3.1 As origens do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	72
3.2 A construção da Política Nacional do Meio Ambiente	75
3.2.1 O meio ambiente na condição de direito fundamental.....	79
3.2.2 Democracia constitucional e a participação social nos assuntos de interesse ambiental	86
3.3 O conceito de meio ambiente e suas perspectivas.....	94
3.4 Direito ao meio ambiente e as origens da tutela coletiva ambiental	97
3.4.1 A construção das ações coletivas no Brasil e a influência das class action	101
3.4.2 Ação Civil Pública Ambiental	105
3.4.3 Ação Civil Pública e a tutela do dano ambiental coletivo ...	107
3.5 Responsabilização civil por dano ambiental: princípio do poluidor-pagador e princípio do usuário pagador.....	112
3.5.1 Responsabilização civil e os desafios jurídicos para a tutela dos riscos ecológicos abusivos	117
3.6 Tutelas específicas e a efetivação do princípio da reparação integral	121
3.6.1 Tutelas específicas em cenários de conflituosidade e complexidade ambiental: <i>in dubio pro natura</i>	126
3.7 Tutelas provisórias na Ação Civil Pública e a efetividade dos princípios da prevenção e da precaução	130
3.8 Legitimidade ativa	138

4 Tutela coletiva aplicada aos modelos de gestão colaborativa dos recursos naturais de uso comum	143
4.1 Comuns em juízo: a proteção dos modelos de gestão por meio da Ação Civil Pública	150
4.1.1 Cercamentos nos sistemas faxinais	151
4.1.2 Demarcação e titulação de terras	153
4.1.3 Grilagem de terras	157
4.1.4 Infraestrutura rodoviária	158
4.1.5 Desmatamentos.....	160
4.1.6 Empreendimentos minerários	162
4.1.7 Eucaliptocultura.....	164
4.1.8 Empreendimentos portuários	166
4.1.9 Formulação de plano diretor.....	168
4.1.10 Empreendimentos imobiliários	171
4.2 Acesso à justiça e acesso à justiça ambiental	173
4.3 Os interesses das comunidades gestoras de recursos naturais e os direitos transindividuais.....	183
4.4 Superação das categorias.....	190
4.5 Deficiências do processo coletivo para uma tutela adequada dos modelos de gestão colaborativa de recursos naturais de uso comum.....	198
4.5.1 O dilema da representação e da representatividade adequada....	200
4.5.2 Colisão de interesses entre grupos e legitimados ativos	207
4.5.3 Princípio do devido processo legal e a garantia de participação	214

4.5.3.1 Direito de informação	217
4.5.3.2 Direito de cooperar.....	218
4.5.3.3 Direito de influenciar	220
4.6 Tutela jurídica adequada e o direito de participação	223
4.6.1 A necessária adequação da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos aos direitos e interesses de natureza coletiva.....	228
4.6.2 Audiências públicas judiciais.....	238
4.7 A necessária participação na resolução de litígios estruturais....	245
5 Conclusão	253
Referências Bibliográficas.....	259